

An illustration of a lush green park with various people. In the top left, a man with a beard and a yellow backpack stands next to a woman with a cane, looking at a map on a board. In the top right, a man in a wheelchair is being pushed by another man. In the bottom left, a man is pushing a man in a wheelchair. In the bottom right, a woman is using a walker. The background is filled with stylized green foliage and trees.

A natureza ao alcance de todos

guia de acessibilidade
em unidades de
conservação



SEMEIA

A natureza ao alcance de todos

guia de acessibilidade em unidades de conservação

Coordenação Geral:

Joice Tolentino
Instituto Semeia

Autoria:

Ricardo Gonzalez Rocha Souza
Instituto Novo Ser e Fundação Brasileira para
o Desenvolvimento Sustentável

Katia Torres Ribeiro

Centro Nacional de Avaliação da Biodiversi-
dade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado
(ICMBio)

Revisão Técnica:

Geraldo Nogueira
Fundador e Presidente de Honra da
Comissão dos Direitos da Pessoa com
Deficiência (OAB – RJ)

Design e Ilustrações:

AtivGreen

Revisão:

Isabela Santos
Bela Comunicação

Publicação realizada pelo Instituto Semeia

Colaboração*:

Alexandre Carvalho Baroni
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e
Desenvolvimento Social (BA)

Elisabete Hulgado Holanda
ICMBio

Ernesto Bastos Viveiros de Castro
ICMBio

Fábio Fernandes
Instituto Novo Ser

Maria do Carmo Gonzalez Iglesias
Instituto Novo Ser

Ricardo Prates Barros
Instituto Novo Ser & Conselho Estadual para
a Política de Integração da Pessoa com Defici-
ência (RJ)

Roberta Rayane da Cunha Barbosa
ICMBio

Sandro Laina Soares
Federação de Esportes para Cegos (RJ)

Serena Turbay dos Reis
ICMBio

Citar como: Souza, RGR e Ribeiro, KT. **"A natureza pode ser para todas as pessoas: guia para acessibilidade em Unidades de Conservação"**. Instituto Semeia: São Paulo. 2021.

Sumário

Apresentação	4
1. Introdução	6
2. Compreendendo alguns conceitos	14
3. Importância da acessibilidade nas UCs	17
4. Legislação: principais normas e alguns exemplos	20
5. Barreiras de acesso	30
6. Diagnóstico sobre a acessibilidade em parques e florestas nacionais	33
7. Bons exemplos no Brasil e no mundo	37
8. Recomendações para eliminação de barreiras de acesso	52
Referências	59

Apresentação



Este guia tem como objetivo incentivar a discussão pública e a adoção de medidas consistentes e abrangentes para a eliminação de barreiras de acesso para pessoas com deficiência (PcD) e mobilidade reduzida às unidades de conservação (UCs) no Brasil, tema atual e de extrema relevância.

A constatação de que muitas das áreas protegidas brasileiras, que estão entre os mais belos e importantes patrimônios naturais do mundo, não estão aptas a receber uma parcela significativa da população nos mobilizou a lançar luz sobre o assunto. Sua pertinência não se limita ao ponto de vista ético ou à imposição legal; se desvenda também pelo potencial de desenvol-

vimento do turismo acessível nas áreas protegidas do país, com promissoras repercussões para a visibilidade dessas áreas, a economia local e todas as pessoas envolvidas.

Fruto da colaboração entre Instituto Semeia, Instituto Novo Ser e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), essa iniciativa tem como base uma pesquisa acadêmica desenvolvida pelos autores e a experiência de outros atores com as temáticas ‘áreas protegidas’ e ‘acessibilidade’.

Boa leitura!



1. Introdução



Falar de inclusão das pessoas com deficiência remete a um movimento repleto de lutas, conquistas e personagens que, ao longo de muitas décadas, buscaram tornar a sociedade em que viviam e vivem em um local mais inclusivo e com igualdade de condições de acesso e oportunidades para todas as pessoas.

Respeitar as diferenças é considerar a dignidade humana. Uma sociedade só será inclusiva, de fato, quando estiver devidamente preparada para receber e oferecer possibilidades adequadas para as pessoas, independentemente de suas características físicas, intelectuais e sensoriais ou, ainda, de sua situação socioeconômica, cor de pele, etnia, gênero, cultura, entre outros aspectos.

Essa é uma jornada permanente e de longo prazo, que já alcançou grandes progressos e ainda tem muito o que avançar em diversas vertentes, como educação, cultura, trabalho, mobilidade urbana, esporte, lazer, entre outras.

“Respeitar as diferenças é considerar a dignidade humana. Uma sociedade só será inclusiva, de fato, quando estiver devidamente preparada para receber e oferecer oportunidades adequadas para as pessoas”



Em linhas gerais, podemos dividir o processo de inclusão das pessoas com deficiência em quatro fases (Sassaki, 2010):



Exclusão social

As pessoas consideradas incapazes são totalmente excluídas do convívio social.



Segregação social

A sociedade busca inserir a pessoa com deficiência em situações especiais, como no caso de ambientes separados/segregados dentro dos sistemas gerais (instituições de reabilitação, escolas especiais, associações desportivas especiais etc.).



Integração social

A pessoa precisa adaptar-se ao meio para ser inserida, e não o contrário, permanecendo as barreiras de acessibilidade.



Inclusão social

Movimento iniciado na década de 80 que visa a uma sociedade na qual todas as pessoas tenham oportunidades equiparadas – um contexto em que essa mesma sociedade se adapta para incluir as pessoas com deficiência (e não só elas) nos sistemas sociais gerais e, assim, permitir o exercício de sua cidadania de forma plena.

Atualmente no Brasil as fases dessa trajetória ainda coexistem.

A deficiência é entendida, hoje, de modo dinâmico, como resultante da interação entre as características das pessoas e as diferentes barreiras – de natureza arquitetônica, comunicacional, atitudinal, entre outras – apresentadas pelos ambientes com os quais interagem. Ela decorre dessa interação, mostrando-se de maior ou menor grau em função dos atributos do ambiente físico, social, cultural e tecnológico, os quais podem viabilizar, limitar ou impedir a participação efetiva na sociedade (Corde, 2008).

Um exemplo no contexto deste guia é o de uma pessoa surda que, ao visitar uma trilha guiada em um determinado parque nacional, venha a encontrar pessoal treinado na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nesse caso, a mediação da interação entre o ambiente e sua limitação sensorial feita pelo recurso disponível garantiria um bom desfrute da experiência. Por outro lado, a falta de pessoal treinado pode limitar bastante a qualidade da vivência.

A legislação brasileira sobre inclusão da pessoa com deficiência é bastante abrangente, prevendo medidas de acessibilidade em todas as áreas e setores da vida humana. O país conta com um rico rol de normas técnicas que oferecem recomendações para a promoção de acessibilidade no âmbito da educação, da cultura e do lazer, temas que têm interface com as áreas naturais protegidas. E, embora limitadas, há nessas normas referências ao acesso a parques e ambientes naturais. Aqui, vale mencionar que o documento ‘Diretrizes para visitação em unidades de conservação’, elaborado em 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente, já trazia uma série de orientações pertinentes ao incentivo da visitação por parte de pessoas com deficiência (MMA, 2006).

Infelizmente, contudo, não vemos essas orientações se refletirem de forma consistente na prática, seja em parques e outras áreas naturais, seja nos ambientes urbanos das cidades brasileiras, tanto na esfera pública como na privada. O caminho para uma sociedade inclusiva passa, necessariamente, por um trabalho amplo de conscientização sobre a relevância dos diversos valores associados ao respeito e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Em paralelo, é importante disseminar boas práticas e compartilhar soluções, para que as ações necessárias se tornem não só desejáveis no imaginário das pessoas, como também viáveis. É preciso cultivar essa nova perspectiva.

O Brasil tem um potencial enorme de demanda por atividades e serviços inclusivos, mas, de certa forma, ainda latente. A falta de uma reivindicação clara, a partir da sociedade organizada, é maior onde não se tem uma necessidade essencial, no sentido da sobrevivência cotidiana, como é o caso do acesso às áreas naturais em comparação com os pleitos por acesso à escola ou a um hospital, por exemplo. Isso, entretanto, não torna a questão menos necessária para uma vida digna e plena.

As pessoas com deficiência representam uma parcela significativa da sociedade brasileira – cerca de 6,7% (IBGE, 2018), em uma definição estrita, ou 23,9% em uma perspectiva ampla¹ (Brasil, 2019). Já no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), estima-se que exista aproximadamente um bilhão de pessoas com algum tipo de deficiência (ou seja, 15% da população do planeta). Há ainda um grande contingente com mobilidade reduzida, temporária ou permanente, como gestantes e idosos, os quais correspondem, no Brasil, a 10,53% da população (maiores de 65 anos, FGV Social, 2020).

Além dos beneficiários diretos, nas iniciativas relacionadas ao lazer inclusivo é comum a participação de familiares, amigos e/ou cuidadores, tanto para auxiliar nas atividades como para desfrutá-las de forma conjunta (Abreu, 2016). A viabilização e qualificação do acesso beneficia, portanto, a pessoa alvo da política e todo o seu entorno familiar e de amigos, além daqueles que apreciam o envolvimento com práticas que trazem satisfação imediata e melhorias profundas e de longo prazo à sociedade.

Quando devidamente preparadas para receber esse público, as áreas protegidas ampliam o repertório de serviços à sociedade. Ademais, as pessoas que têm ali experiências significativas de vida passam a melhor compreender seu papel e também a defender sua permanência e o aprimoramento de sua gestão.



A natureza é convidativa e atraente aos olhos do ser humano de forma geral e mais especialmente para aqueles que vivem nas cidades onde, muitas vezes, se sentem apartados dela. No entanto, o meio selvagem não é sempre favorável para ser visitado e adentrado. Isso depende do tipo de ambiente, da condição física, da habilidade e do gosto de cada um. Alguns preferem uma trilha suave, outros uma mais desafiadora e com maior grau de dificuldade. Nem todo mundo tem pendor ou disposição para praticar um esporte de aventura, mas uma caminhada ao ar livre na natureza é praticamente desejo universal. As possibilidades de atividade no meio natural são inúmeras e para todos os gostos.

Favorecer o acesso a essa parcela considerável da população constitui ainda uma oportunidade valiosa de desenvolvimento econômico para os setores de turismo e lazer (UNWTO, 2013). No

caso do Brasil, por exemplo, mais de um milhão de visitas anuais por pessoas com deficiência poderiam se somar aos cerca de 15 milhões já registrados anualmente nas unidades de conservação federais (ICMBio, 2020).

Como defendido em um documento do Serviço de Parques dos Estados Unidos (NPS, 2014a),

“a acessibilidade faz sentido nos negócios e é simplesmente a coisa certa a fazer. Ao abraçar este modelo empresarial, ético e legal, a capacidade do serviço de alcançar e atrair um público mais amplo é reforçada.”

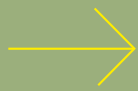
Para promover a inclusão, valem muito a criatividade e a prontidão!



Foto: Montanha para Todos

→
“Tudo é possível, basta determinação, adaptação e amigos.”

Assim se expressa, de forma simples e bela, a montanhista Juliana Tozzi, que pôde continuar a ver o sol se pôr do alto de desafiadoras montanhas, mesmo com desafios físicos imensos. As trilhas percorridas por Juliana e Guilherme Cordeiro, com amor, companheirismo, muitos amigos e novos equipamentos – como a cadeira Julietti, mencionada neste guia – abriram possibilidades antes nem aventadas em muitas mentes e corações e, assim, fazem florescer novos desejos e pleitos. Conheça mais essa história em <https://montanhaparatodos.org/>.



Projeto “Dany na Trilha”

Quero deixar aqui a experiência da minha primeira trilha adaptada, que começou em uma conversa com um amigo que trabalha na Ilha Grande e conhece muito bem toda aquela área. Ele me mostrou umas fotos e comentei do meu desejo em fazer uma trilha. Então, surgiu a ideia “**Dany na Trilha**”, que foi idealizada e projetada por ele, Léo Benvindo. E o objetivo era chegarmos à Cachoeira da Feiticeira.

Foram dois dias de caminhada com muito trabalho, mas com uma vontade e força incrível, de uma equipe de amigos que se uniram para realizar o meu sonho em fazer uma trilha. Uma trilha que não é tão fácil para quem anda, imagina para uma cadeirante!!

Mas junto a equipe de amigos, o apoio de alguns colaboradores e patrocinadores, e a nossa Juliete (uma cadeira adaptada para trilhas) foi possível essa realização. No primeiro dia, fomos a Cachoeira do Poção.

Me emocionei ao chegar lá, pois, relembrei da minha infância. Foi incrível!!!

Segundo dia, foi tenso! O percurso era muito mais difícil, com subidas e descidas, terrenos escorregadios, alguns obstáculos no caminho, porém, conseguimos chegar na Cachoeira da Feiticeira, que era o nosso objetivo. E foi novamente uma grande emoção. Sonho realizado com sucesso!!!

Esses dois dias foram para mim, uma experiência INCRÍVEL, EMOCIONANTE e INDESCRITÍVEL.

Gostaria muito que outros amigos cadeirantes, tivessem a oportunidade que Eu tive. Eu sempre digo, que o IMPOSSÍVEL é uma questão de “QUERER e ADAPTAR-SE”

Daniele Fernandes da Costa, sobre sua experiência no Parque Estadual da Ilha Grande, ocorrida nos dias 18 e 19 de setembro de 2021.

Hoje venho falar de um acontecimento que ocorreu há uma semana, porém ele começa em dezembro de 2020... Ao fazer uma trilha, para uma cachoeira, após postar foto, @danyvfernandes me pediu para levá-la - tarefa fácil não fosse ela cadeirante... Respondi na hora que sim, e aí começava o projeto “**Dany na Trilha**”.

Minha cabeça ficou a mil e nesse mesmo dia comecei a falar com minha rede de amigos, @brasilespecial, @montanhaparatodos, @ectri-lharj. Foram meses de planejamento, pedidos de autorização, busca por patrocínio, hospedagem, alimentação e algo que marcasse, e teve sim em

forma de camisa feita carinhosamente pela @megajow.

Agradeço a @cacodevidro @dhamasport @objetivatour @inea @peig Cel Aurélio, Vânia, Joice, Tati Loren, Leo, Catalina, Miguelzinho, Jonathan, Rodrigo, Tati Aroeira, Frida, Juan Pablo. Sem vocês isso não seria possível.

Dany, obrigado por acreditar e confiar... Amo todos vocês. Eternamente grato...

Leo Benvindo, voluntário que organizou a visita da Dany

As áreas protegidas e a participação da sociedade

Os parques, ou parques naturais, fazem parte do imaginário de muita gente há bastante tempo, graças a filmes e desenhos animados bem conhecidos, e têm ganhado presença nas mídias. Eles compõem um universo mais amplo que abriga diversos tipos de áreas naturais protegidas. No Brasil, os parques integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC²) junto a outras 11 categorias de unidades de conservação (UC) da natureza, dentre as quais estão as reservas biológicas, as reservas extrativistas e as áreas de proteção ambiental. As UCs podem ser criadas e geridas nas esferas municipal, estadual ou federal, compostas por terras particulares ou públicas. Somadas às terras indígenas, às terras quilombolas e a outras tipologias previstas por lei, essas áreas constituem o conjunto das chamadas áreas naturais protegidas³.

A visitação ou uso público – que inclui pesquisa, recreação nas suas diversas modalidades e educação ambiental – é prevista e desejável em todas as categorias de unidades de conservação, mas varia em escopo e forma de implementação de acordo com os objetivos de manejo, o regime de propriedade da terra e a forma de governança. Pesquisa e educação ambiental devem ser incentivadas em todas as categorias. Já a recreação é um dos objetivos principais de manejo de algumas categorias de UC, como os parques e as florestas. Há áreas também em que há posse coletiva da terra e onde se estimula o turismo de base comunitária (ICMBio, 2018).

Todas as categorias de UC devem contar com a participação ativa da sociedade em sua gestão, especialmente, mas não apenas, por meio de seu conselho gestor, que pode ser consultivo ou deliberativo, conforme a legislação, e que deve ser constituído e gerido a partir de processo transparente, legítimo e inclusivo.

2.

Compreendendo alguns conceitos

Pessoas com deficiência

São aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais indivíduos. “Pessoa com deficiência” é a expressão adequada a ser utilizada, em lugar de outros vocábulos discriminatórios ou pejorativos como, por exemplo, “paralítico”, “deficiente”, “retardado”, “especial”, “portador de deficiência”, “excepcional”. Ao colocar o termo “pessoa” antes da palavra deficiência, valoriza-se o ser humano que apresenta a deficiência como uma de suas características, dentre várias outras que também o qualificam.

‘Sociedade inclusiva’ ou ‘Sociedade para todos’

É aquela que está estruturada para atender a necessidade de cada cidadão e oferecer oportunidades equiparadas para todos, reconhecendo o valor intrínseco à dignidade humana sem privilégio nem prejuízo de nenhuma pessoa ou grupo em função de suas diferenças. A sociedade inclusiva adapta-se às pessoas, e não o contrário.

Acessibilidade

Definida na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

São seis os tipos de acessibilidade:

Arquitetônica: dá-se pela eliminação das barreiras ambientais físicas, presentes em edifícios e ambientes públicos e privados (residências, meios de transportes, parques etc.). Rampas, elevadores, calçadas, barras de apoio em banheiros públicos, piso tátil são alguns dos exemplos de acessibilidade arquitetônica.

Comunicacional: corresponde às formas de remover ou minimizar as barreiras na comunicação entre as pessoas, seja face a face ou em conteúdo audiovisual, escrito ou virtual (acessibilidade digital). É viabilizada, por exemplo, por meio de audiodescrição, legendas, janela de Libras, impressões em braile, letras ampliadas e dublagem.

Instrumental: adequação de instrumentos para uso nas várias facetas da vida, como educação, trabalho, cultura, lazer e recreação. Pode ser ilustrada pelas adaptações de ferramentas e equipamentos de uma forma geral, sendo mais conhecidos os veículos e as adaptações e órteses para uso na vida diária.

Programática: ausência de barreiras em documentos e políticas públicas, que podem parecer abstratas, mas geram um impacto profundo no processo de inclusão. É o caso de leis, decretos, normas, portarias, regulamentos, entre outros.

Metodológica: eliminação das barreiras presentes em procedimentos e técnicas, como no ensino ou na contratação de pessoas em empresas. Prevê a capacitação dos envolvidos para que estejam atentos às barreiras e saibam adotar procedimentos adequados, assim como a utilização de todos os recursos possíveis para a execução de atividades e a implementação de programas.

Atitudinal: comportamento das pessoas em relação às outras destituído de preconceitos, estigmas e discriminação de qualquer espécie. Vale ressaltar que esse tipo de acessibilidade vem em primeiro plano, pois dela decorrem todas as demais.

Desenho Universal

Desenvolvido por pesquisadores do Departamento de Arquitetura da Universidade da Carolina do Norte (Estados Unidos), o conceito se tornou consagrado a partir da década de 90. Propõe que a concepção de ambientes, produtos e serviços deve abranger o máximo da extensão das características antropométricas – pessoas muito baixas, muito altas, magras, obesas, gestantes, idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida – sem que seja necessária adaptação ou projeto específico destinado a esse ou aquele grupo. É um design voltado para atender a todos, de forma autônoma, segura e confortável, sem exclusão de indivíduos cujas características fogem da média (ABNT, 2015).



3. Importância da acessibilidade nas UCs



Selvagem é o que é agreste, não cultivado, e a forma de apreciá-lo ou vivenciá-lo é única para cada pessoa. Para uns, é preciso ir para montanhas distantes ou para o alto mar; para outros, a experiência se dá em uma ventania, numa mata silenciosa ou com a oportunidade de mergulho em um rio no meio da floresta.

O contato com a natureza selvagem, propiciado pela visita em áreas protegidas, proporciona bem-estar físico, mental e espiritual às pessoas (Maller et al., 2009; Townsend et al., 2015). Muita gente já percebe e compreende que uma caminhada na natureza, respirar o ar puro do campo ou ter contato mais próximo com animais e plantas são ações que geram bem-estar e relaxamento imediato. Esse contato, mesmo se indireto, traz inúmeros benefícios, como a melhora na recuperação de pacientes em pós-operatório quando favorecidos com vista para um ambiente natural, algo demonstrado pelo estudo pioneiro de Ulrich (1984). No Japão, o Shinrin-yoku, que em português significa banho de floresta, envolve caminhadas contemplativas regulares em trilhas suaves e sem dificuldade para fins de re-

laxamento e prevenção de doenças. A prática é incentivada pelo governo e pela sociedade médica desde a década de 1980 (Li, 2008; Park et al., 2010).

Tem-se evidências de que nos ambientes com maior biodiversidade as benesses para a saúde e o bem-estar são maiores (Fuller et al., 2007; WHO, 2015). A importância da relação entre natureza e saúde é reconhecida também pelo movimento mundial *Healthy Parks, Healthy People* (HPHP; Parques Saudáveis, Pessoas Saudáveis, em português), cujo principal objetivo é despertar a sociedade para o papel potencial que a natureza e os parques possuem para prevenção e restauração da saúde e do bem-estar humanos (Parks Victoria, 2019). A parceria entre o Park Rx (em português, “prescrição de parques”; Rx, em inglês, significa “prescrição”) e o *National Park Service* (NPS) dos Estados Unidos segue a mesma linha, ofertando informações e suporte para que os profissionais da saúde e aqueles ligados à gestão dos parques incorporem em sua rotina a prescrição do contato com a natureza em parques a pacientes e façam o respectivo encaminhamento a esses espaços (Park Rx, 2018).



E não apenas as pessoas colhem os efeitos positivos do contato com a natureza. A gestão das áreas protegidas também é beneficiada pela conexão das pessoas com o ambiente natural. Fortalecido pela visita de boa qualidade, esse vínculo corrobora o desenvolvimento de uma cultura conservacionista e possibilita uma maior compreensão sobre a contribuição dos parques para a sociedade (Wright & Matthews, 2015). A ampliação e a diversificação de atividades de recreação estão na pauta dos que percebem a íntima relação entre o envolvimento das pessoas com a natureza e o apoio político à persistência das áreas naturais pro-

tegidas. Sabe-se, ainda, que as vivências que produzem um impacto emocional mais forte apresentam o maior potencial de intensificar esse sentimento de conexão (Tilden, 1977; Wright & Matthews, 2015) e, em consequência, de desencadear novas atitudes positivas perante a natureza.

Para finalizar, vale ressaltar que a recente experiência mundial com o confinamento e o isolamento social em função da pandemia de Covid-19 ressaltou a relevância das áreas naturais para a saúde física e psíquica. Para muitos, quase uma redescoberta.

4.

Legislação: principais normas e alguns exemplos



O principal marco legal sobre os direitos das pessoas com deficiência, considerado uma das maiores conquistas na área, é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei Federal nº 13.146 de 6 de julho de 2015). Ela tem como base o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU-2006), importante tratado internacional que ganhou peso de emenda constitucional no país em 2009.

A LBI traz definições sobre a obrigatoriedade da acessibilidade em ambientes e serviços direcionados ao público:

Art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.

§ 1o O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral.

§ 2o Nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empregado, deve ser adotada adaptação razoável.

Como visto acima, nas situações em que o desenho universal ou uma acessibilidade efetiva não possam ser alcançados, a lei permite que seja feita uma adaptação razoável naquilo que será disponibilizado ao público. Mas, na prática, o que pode ser considerado “adaptação razoável”? A própria LBI ajuda a responder:

[...] modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

A norma técnica NBR ABNT 9050 de 2015, adotada pela legislação como referência para implementar a acessibilidade, faz a seguinte alusão a intervenções realizadas em ambientes naturais: “nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente”.

Essa diretriz define critérios e padrões para que as barreiras de acesso – físicas ou de comunicação – sejam eliminadas. A norma contempla, entre outras coisas, vagas de estacionamento, sanitários, acesso e circulação em edificações, sinalização e linguagem, atendimento ao público e recomendações para que locais turísticos como parques e praias viabilizem o direito de ir e vir de todos.

Já em relação ao direito ao turismo, ao lazer e à cultura, a LBI estabelece que:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível; [...]

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 2o O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.



Entretanto, apesar da obrigatoriedade legal, não vemos ainda a existência de programas e atividades oferecidas a esse público de forma efetiva nos parques e áreas naturais do Brasil. Esse é um dos motivos pelos quais este guia foi concebido.

O quadro a seguir traz os principais dispositivos legais e normativos, além de convenções internacionais suplementares sobre acessibilidade da pessoa com deficiência e sobre lazer e turismo acessíveis. Reúne, ainda, menções encontradas acerca da questão específica do acesso a parques, ambientes naturais ou congêneres em esfera federal.

Dispositivos legais e normativos



Lei nº10.098, de 19/12/00 – Lei da Acessibilidade

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

CAPÍTULO II DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. O passeio público, elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.



Decreto nº 5.296, de 02/12/04

Regulamenta as Leis nº10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

CAPÍTULO IV

DA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

[...]

Seção II
Das Condições Específicas

[...]

Art. 15. No planejamento e na urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público, deverão ser cumpridas as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 1º Incluem-se na condição estabelecida no caput:

I - a construção de calçadas para circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas;

II - o rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível; e

III - a instalação de piso tátil direcional e de alerta.

§ 2º Nos casos de adaptação de bens culturais imóveis e de intervenção para regularização urbanística em áreas de assentamentos subnormais, será admitida, em caráter excepcional, faixa de largura menor que o estabelecido nas normas técnicas citadas no caput, desde que haja justificativa baseada em estudo técnico e que o acesso seja viabilizado de outra forma, garantida a melhor técnica possível.

Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação – Ministério do Meio Ambiente (2006)

5. Diretrizes para atividades realizadas por portadores de necessidades especiais:

5.1 Observar e atender à legislação e às normas específicas para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

5.2 Considerar no planejamento e gestão da visitação nas UC, quando viável e aplicável, a realização da igualdade de oportunidades, que diz respeito ao processo mediante o qual serviços, atividades, informação e documentação são postos à disposição de todos.

5.3 Assegurar que arquitetos, engenheiros civis e outros profissionais responsáveis pela concepção e construção de empreendimentos incluam em seus projetos e obras as intervenções necessárias para garantir a acessibilidade.

5.4 Consultar as organizações de pessoas portadoras de necessidades especiais durante a elaboração de padrões e normas de acessibilidade, desenvolvendo atividades e produtos específicos para este público.



NBR ABNT 9050:2015

Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

10.2 Bens tombados

10.2.1 Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade.

10.2.2 No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visita restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável, com divulgações das condições de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário.

[...]

10.7 Locais de exposições

10.7.1 Todos os elementos expostos para visitação pública devem estar em locais acessíveis.

10.7.2 Os elementos expostos, títulos e textos explicativos, documentos ou similares devem atender ao descrito na Seção 5.

10.7.3 Os títulos, textos explicativos ou similares às informações citadas devem estar em braille ou ser transmitidos de forma sonora.

[...]

10.13 Parques, praças e locais turísticos

10.13.1 Parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis.

10.13.2 Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.

10.13.3 O piso das rotas acessíveis deve atender às especificações contidas em 6.3.

10.13.4 Pelo menos 5 %, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender ao descrito em 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.

10.13.5 Quando se tratar de áreas tombadas, deve-se atender ao descrito em 10.1 e 10.2.

[...]

10.14 Praias

10.14.1 Para vencer o desnível entre o passeio e a areia deve ser instalada rampa com largura mínima de 0,90 m e declividade, corrimãos e demais parâmetros definidos na Seção 6. Para proteção contra quedas, deve ser observado o descrito em 4.3.7.

10.14.2 Para o trajeto até o mar, deve ser garantida uma faixa livre de obstáculos, com no mínimo 0,90 m de largura.

10.14.3 Os trajetos à praia demarcados como acessíveis devem estar sinalizados com o símbolo internacional de acesso, conforme 5.3.2, e devem relacionar os serviços de apoio disponíveis.

10.14.4 Recomenda-se que, junto a cada área de acesso adaptado à praia, exista um sanitário unissex acessível, atendendo às especificações constantes na Seção 7.

SUPORTE CONVENCIONAL INTERNACIONAL Recomendações sobre Turismo Acessível da Organização Mundial do Turismo (UNWTO - 2013)

G. Outras atividades e eventos de turismo

[...]

III. Espaços verdes e ambientes naturais

Deve haver rotas acessíveis que atravessem o local, conectando áreas de interesse, banheiros e outros serviços e instalações. Rotas longas devem ser equipadas com bebedouros e bancos adaptados, com acesso adequado para permitir a aproximação de usuários de cadeira de rodas e aqueles que usam acessórios de auxílio na caminhada. As tampas de drenagem e as grades ao redor das árvores devem estar ali-

nhadas com o pavimento e firmemente fixadas ao solo.

IV. Praias

As praias devem ser providas de rotas acessíveis que permitam o acesso aos pontos de informação, espaços, instalações ou serviços. As praias devem ter acesso via passarelas e rampas, áreas cobertas com sombra, vestiários e serviços adaptados, cadeiras anfíbias e muletas para banho no mar, com a assistência de uma equipe de profissionais. Passeios à beira-mar, se houver, devem incluir rotas acessíveis.

O papel dos centros de visitantes na promoção da acessibilidade

O centro de visitantes tem papel fundamental na ampliação da qualidade da visita nas unidades de conservação. Como principal espaço para receber e informar os frequentadores, é importante que esteja acessível a todas as pessoas e em conformidade com as normas vigentes. Esse espaço tem grande potencial também para ser um local de sociabilização e, especialmente, de interpretação ambiental.

A promoção da acessibilidade deve permear todas as atividades e os programas, mas há situações em que a eliminação de barreiras em determinados ambientes pode não ser viável, por questões técnicas, legais ou por outra razão. Nesse contexto, existem soluções para que o conhecimento esteja disponível e acessível, como por exemplo em áreas tombadas.

→ Acessibilidade em áreas tombadas

As unidades de conservação podem abrigar áreas tombadas como patrimônio histórico-cultural (caso de sítios arqueológicos e bens culturais imóveis), de acordo com o artigo 30 do Decreto Federal nº 5.296 de 2004. Um exemplo é o Parque Nacional da Serra da Capivara, criado em 1979, ampliado em 1990 e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1993, devido à relevância de seus sítios arqueológicos.

Nesses casos, no que se refere às soluções para eliminação de barreiras, aplica-se a Instrução Normativa nº1 do Iphan de 25 de novembro de 2003. Essa diretriz estabelece a obrigatoriedade e os critérios para que os bens culturais imóveis, caracterizados por edificações e sítios com reconhecido valor histórico, paisagístico, arqueológico, etnográfico ou artístico, acautelados em nível federal (tombados), estejam em conformidade com a legislação e normas de acessibilidade vigentes. Desde que compatível com sua preservação, o intuito é promover o acesso do ponto de vista arquitetônico, comunicacional, da disseminação de informações e da capacitação de recursos humanos.



Fernando Tatagiva

Passarela acessível no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)

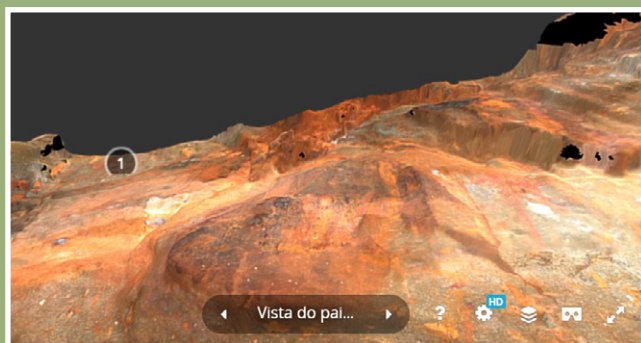
Em seu item 10.2.2 (ver página 25), a norma NBR ABNT 9050:2015 reforça a importância de centros de visitantes bem estruturados e de ferramentas adequadas de comunicação para atender a necessidade de pessoas que, devi-

do a circunstâncias efetivamente impeditivas, como no caso de bens tombados com visitação restrita ou adaptação impraticável, não podem usufruir diretamente do acesso aos ambientes naturais protegidos nos parques.



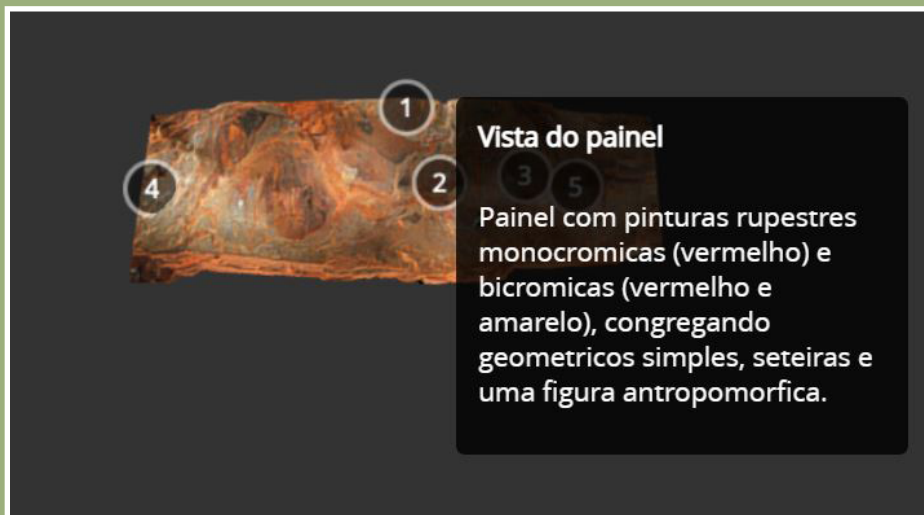
Em uma publicação sobre acessibilidade em centros históricos organizada por Ribeiro (2014), o conceito de acessibilidade é ampliado para além da acessibilidade física do espaço propriamente dita:

O conceito de acessibilidade não deve ser compreendido sob um ponto de vista estritamente arquitetônico ou urbanístico. Oferecer acessibilidade às pessoas com deficiências ou limitações não é apenas proporcionar condições físico-espaciais para que participem de atividades e desfrutem de certas facilidades. A aplicação justa, ampla e abrangente desse conceito exige bem mais do que isso. Sem uma percepção lato sensu do bem, não é possível atingir o amplo conhecimento dos sítios e dos bens culturais e recursos naturais nele existentes, nem sobre as condições de uso e fruição de seus produtos e serviços. A acessibilidade possui um significado bem mais amplo, não somente na acepção material como também imaterial. O conceito inclui também a possibilidade de propiciar o acesso à informação.



Sítio Arqueológico Abrigo do Esmeril em projeto 3D realizado pelo Instituto Prístino

Instituto Prístino



Iniciativas nesse sentido são crescentes nas UCs brasileiras, oferecendo inclusive o acesso remoto a paisagens icônicas da unidade e uma experiência mais interessante do que a mera representação estática. Pesquisas indicam que o uso da realidade virtual para proporcionar a imersão mediada pela tecnologia em ambientes naturais apresenta-se como uma valiosa ferramenta para simular as sensações do contato com esses ambientes e propiciar bem-estar a pessoas com dificuldade de acesso ou em situação de confinamento. Ela pode incluir es-

tímulos visuais, sonoros, olfativos e cinéticos (Depledge et al., 2011; Liszio & Masuch, 2018).

Uma iniciativa inspiradora que destacamos é o projeto 3D.Prístino realizado pelo Instituto Prístino, cujo objetivo é divulgar e socializar paisagens de interesse arqueológico e cultural por meio da disponibilização de modelos tridimensionais, que representam o objeto real em volume, aspecto e cores, e permitem ao público realizar “visitas virtuais” a esses locais⁴.



Acervo / ICMBio

Diorama no Centro de Visitantes da Floresta Nacional do Rio Preto (ES)

5. Barreiras de acesso



As barreiras de acessibilidade podem ser das mais sutis e imperceptíveis aos olhos da maior parte das pessoas às mais visíveis e óbvias, como os obstáculos arquitetônicos, comumente mencionados pela mídia e pelas pessoas em geral. Destacamos, a seguir, as principais barreiras de acessibilidade presentes nas unidades de conservação (adaptado de Sasaki, 2003):

Barreiras arquitetônicas

Presentes nos estacionamentos, centro de visitantes, banheiros, auditórios, áreas de circulação, trilhas, acesso a rios e cachoeiras, mirantes, hospedagem e na infraestrutura turística do entorno (aeroportos, terminais rodoviários, hotéis e similares, restaurantes, transportes coletivos etc.).

Barreiras atitudinais

Existem na sociedade como um todo, sendo especialmente impactantes quando presentes em profissionais com poder de decisão nas diferentes esferas do governo, em órgãos gestores e nas próprias UCs – que ainda contam com profissionais que se mostram insensíveis diante de pessoas com deficiência e, por isso, deixam de lhes oferecer oportunidades turísticas ou um atendimento adequado.

Barreiras comunicacionais

Percebidas nas sinalizações de locais e placas interpretativas que ignoram as necessidades de pessoas cegas, na ausência de intérpretes da língua de sinais ou na falta de treinamento da equipe, na carência de informação e conteúdo sobre o parque, suas atrações e atividades em formato e linguagem acessíveis para todas as pessoas.

Barreiras metodológicas

Ocorrem no planejamento e na implementação das oportunidades na forma tradicional, ao não se levar em consideração as necessidades especiais das pessoas, e sem que a questão da acessibilidade se torne transversal a todo o manejo da unidade de conservação, deixando de estar presente nos vários componentes e etapas, desde a identificação de oportunidades até a comunicação interna e externa.

Barreiras instrumentais

Presentes nos aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que fazem parte dos locais visitados e que tradicionalmente ignoram as limitações físicas, sensoriais e intelectuais das pessoas.

Barreiras programáticas

Referentes a decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas, planos de manejo e de uso público e outras peças escritas. São barreiras invisíveis, não-explicitas, mas que na prática impedem ou dificultam para certas pessoas a utilização de serviços e bens turísticos.



É importante atentar para essas seis categorias de acessibilidade para que se consiga, de fato, um ambiente inclusivo onde qualquer pessoa, com ou sem deficiência, possa ter plena participação e aproveitamento em sua visita à Unidade de Conservação.

6. Diagnóstico sobre a acessibilidade em parques e florestas nacionais



Em 2018, foi feito um levantamento das condições de acessibilidade em unidades de conservação brasileiras (Souza, 2019), com envio de questionários às equipes gestoras dos parques nacionais (Parnas) e das florestas nacionais (Flonas) existentes à época. A pesquisa focou essas duas categorias de UCs – que somavam 140 unidades – e representa-

vam **cerca de 90% de toda a visitação em UCs federais registrada em 2016** (Souza, 2016).

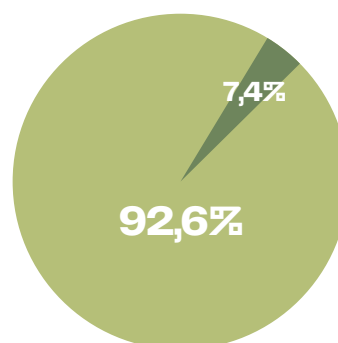
A seguir, são apresentados os principais resultados, de modo a ilustrar os desafios da acessibilidade nas unidades de conservação, em suas várias dimensões.

Informações e percepções trazidas pelos gestores

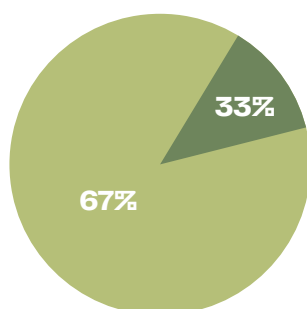
140 UCs (Parnas e Flonas) abarcadas pelo estudo



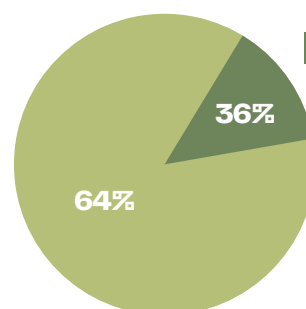
79 (56%) responderam ao questionário



Amostra representa UCs com **92,6%** da visitação dos Parnas e Flonas em 2018



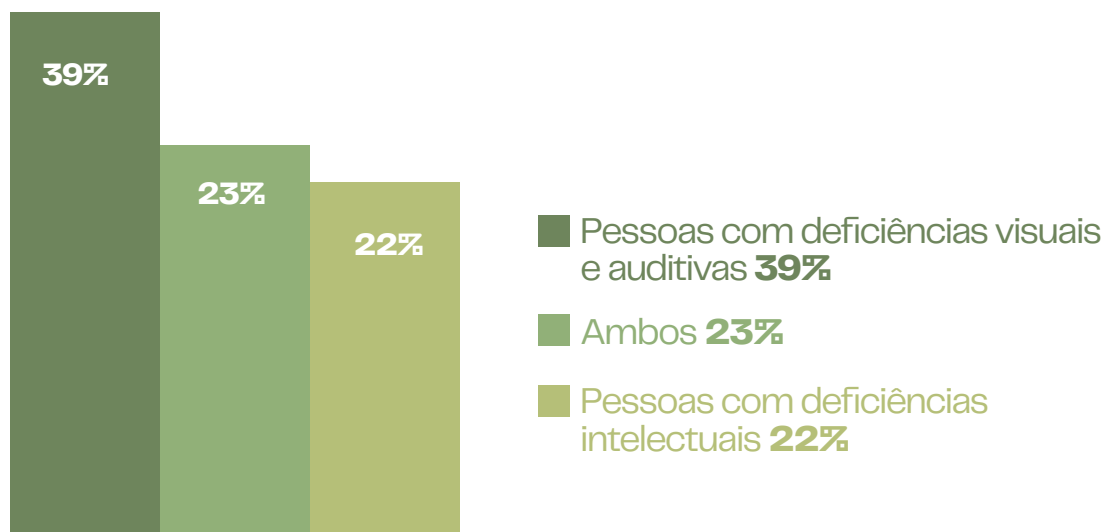
A questão da **acessibilidade está contemplada** no plano de manejo, em plano de uso público ou similar de **33% das UCs respondentes**.



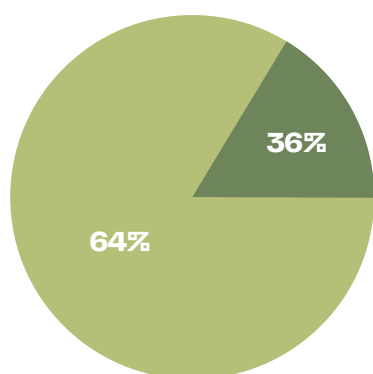
36% apresentam medida(s) de acessibilidade.

Esses dados foram obtidos a partir da declaração dos gestores, pelo que se deve observar que, em muitos casos, trata-se de adequações arquitetônicas ou similares que são utilizadas por pessoas com variados tipos de deficiência, mas que não incluem necessariamente o atendimento pleno a necessidades específicas de pessoas com deficiência auditiva ou intelectual, por exemplo.

Medidas de Acessibilidade – Público-Alvo

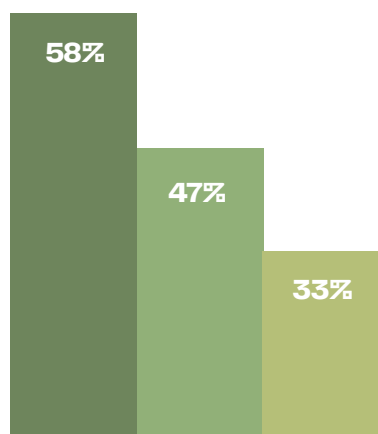


Principais motivações:



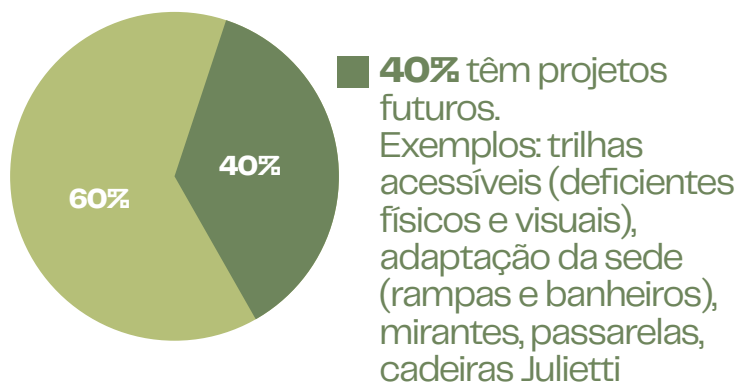
- Iniciativa dos gestores: **64%**
- Demanda de usuário: **36%**

Principais Dificuldades:

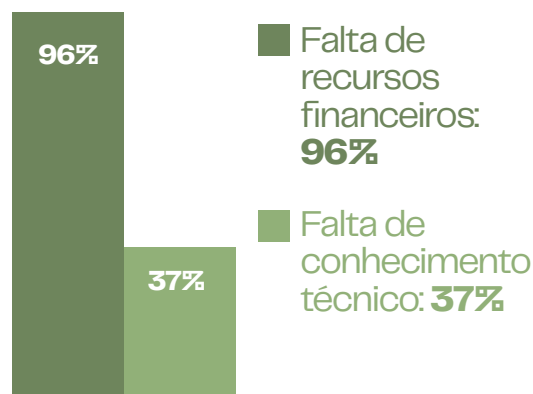


- Falta de recursos financeiros: **58%**
- Inexistência ou pouca demanda de usuários com deficiência: **47%**
- Falta de conhecimento técnico: **33%**

Projetos futuros:



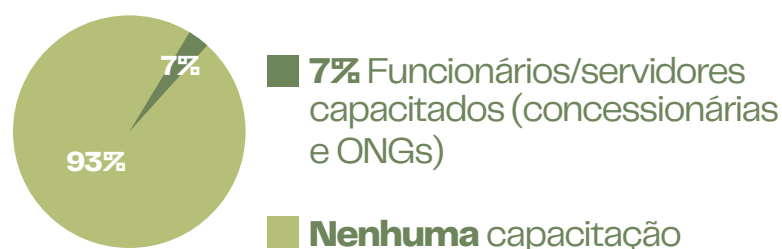
Dificuldades:



Parece haver uma **demand maior** por esses serviços **no subconjunto de UCs que já dispõem de medidas que facilitam o acesso:**



Capacitação de recursos humanos



Divulgação



7. Bons exemplos no Brasil e no mundo



Iniciativas nacionais

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Infraestrutura, trilha suspensa e cadeira Julietti



Localizado nos municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante (Goiás) e declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco em 2001, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros possui numerosas trilhas, cachoeiras e outros atributos naturais nos seus 240 mil hectares, que recebem milhares de turistas ao longo do ano. Há também muitos atrativos em seu entorno.

O parque apresenta as seguintes iniciativas voltadas para pessoas com deficiência:

1. Estacionamento

Vagas reservadas para pessoas com deficiência e acesso através de rampa para o centro de visitantes.

2. Centro de visitantes

Rampas, banheiro acessível para deficientes físicos e ausência de desníveis.

3. Trilha suspensa

Passarela de madeira de 230 metros com corrimão, desenvolvida no padrão da norma ABNT 9050, que termina na beira do Rio Preto e nas Corredeiras, um dos atrativos do parque. Para chegar até a trilha é necessário o uso de um veículo com tração 4x4, cujo uso é autorizado às pessoas com deficiência.

4. Cadeira Julietti

Desenvolvida para a prática do montanhismo, é uma cadeira de rodas que permite o acesso a diversas trilhas do parque (foto abaixo). Há guias treinados que podem ser contratados para a condução da cadeira.



Acervo Pessoal / Ricardo Gonzalez

As adaptações ou medidas de acessibilidade presentes no parque, embora em pequeno número, significam muito em termos de acesso, uma vez que permitem visitantes com deficiência física alcançarem destinos variados em ambientes naturais antes impossíveis de serem visitados. Não há, contudo, iniciativas direcionadas a pessoas com deficiência visual, auditiva ou intelectual.

Chapada dos Veadeiros com acessibilidade: a experiência de Ricardo Gonzalez

Em abril de 2018, estive no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros para desfrutar das belezas naturais do Cerrado e conhecer as iniciativas de acessibilidade que lá existem, como parte da minha pesquisa de mestrado.

O parque possui a cadeira Julietti, iniciativa genial do @Montanha Para Todos, presente também em várias outras unidades de conservação do país.

Outra iniciativa bacana é uma trilha suspensa de cerca de 300 m que possibilita o acesso com uma cadeira de rodas convencional. Por meio dessa trilha, pude dar um mergulho em um rio depois de 20 anos!

Recomendo para todo mundo pelo menos uma vez na vida essa viagem. O cenário é o melhor possível; o nosso tão querido cerrado com suas belezas únicas!

As fotos mostram um pouco do que foi o passeio e de como o parque pode ser aproveitado também por cadeirantes.

Deixo aqui um agradecimento a todo o pessoal do parque pela atenção, em especial aos queridos Kátia e Fernando Tatagiba por proporcionarem esse momento inesquecível, e a Marcinha, Alberth e Ari por terem topado essa aventura comigo.



A) Estacionamento com vagas reservadas para pessoas com deficiência. B) Rampa de acesso ao centro de visitantes. C) Banheiro adaptado com barras de apoio. D) Cadeira Julietti para acesso a trilhas por cadeirantes. E) Rampa de acesso à área externa do centro de visitantes. F) Trilha suspensa de madeira com 230 metros para acesso ao Rio Preto.

Acervo Pessoal / Ricardo Gonzalez

Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Passarela nas alturas e deslocamento facilitado



Distribuídos entre os municípios de Teresópolis, Petrópolis e Guapimirim (Rio de Janeiro), os 20 mil hectares do Parque Nacional da Serra dos Órgãos abrigam montanhas, vertentes vertiginosas, cachoeiras e espécies endêmicas da Mata Atlântica. Graças a algumas iniciativas desenvolvidas pela equipe gestora, o parque tornou-se acessível a um maior número de pessoas.

Merece destaque a trilha suspensa em meio à floresta, que proporciona ao visitante uma experiência ímpar de imersão na floresta. A pas-

sarela, de madeira e com corrimão, tem 1.300 metros de extensão e está situada na altura entre o dossel e o sub-bosque. Constitui uma oportunidade rara de contato com espécies da flora e da fauna e permite uma visão mais ampla da área, o que é especialmente interessante para pessoas com deficiência física, que geralmente têm seu deslocamento limitado em regiões de mata, e também para visitantes com outras deficiências (visual, auditiva, mental e intelectual). Desde 2017, o parque dispõe de uma cadeira Julietti, o que aumenta sua oferta de atividades inclusivas.

Parque Nacional do Itatiaia

Bosque sensorial e outras propostas

Primeiro parque nacional brasileiro, criado em 1937, o Parque Nacional do Itatiaia está localizado nos municípios de Itatiaia e Resende (Rio de Janeiro) e Bocaina de Minas e Itamonte (Minas Gerais). Apresenta um relevo caracterizado por montanhas e elevações rochosas, vegetação exuberante e generosos cursos d'água, com diversas áreas apropriadas para banho.



Glauco Umbelino / CC BY 2.0

Desde 2017, em consonância com diretrizes nacionais e internacionais para um turismo social e inclusivo, o parque vem buscando oferecer melhores condições de acesso aos visitantes com deficiência. O intuito é propiciar um con-

tato mais próximo e experiências sensoriais em ambientes naturais que despertem os sentidos e motivem a construção de conhecimento sobre a natureza, a biodiversidade e a consciência ambiental.

Bosque sensorial: conta com duas pequenas trilhas. Uma delas pode ser percorrida de pés descalços, olhos fechados ou vendados, ao passo que a outra oferece acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, inclusive idosos. Ambos os percursos permitem ao visitante, de maneira independente e segura, explorar o sistema sensorial humano por meio da percepção de cores, formas, texturas, odores e sons.

Centro de visitantes: implementação de elementos comunicacionais acessíveis na exposição interpretativa, com a inserção de vídeos com audiodescrição e em Libras.

Visitas guiadas e eventos especiais: dinâmicas educativas são desenvolvidas para realçar a importância dos serviços que a natureza nos oferece, como a reserva da vida e a produção de água, por exemplo. Com o objetivo de facilitar a conexão do público com o meio ambiente, estimula-se a observação, a ação e a reflexão acerca dos recursos naturais do parque.

O uso de ferramentas de acessibilidade e inclusão possibilita que as pessoas com deficiência acessem os atrativos naturais e culturais da UC com autonomia, ampliando seu repertório imagético e favorecendo a transposição do tangível ao intangível. A equipe do parque fundamenta

suas ações nos elementos intangíveis, buscando o encantamento dos visitantes e a cocriação de experiências prazerosas e marcantes durante as visitas à unidade.

Por: equipe do Parque Nacional do Itatiaia

Parque Nacional da Tijuca

Trilha adaptada e acessibilidade



Rodrigo Soldon Souza / CC BY-ND 2.0

Por estar inserido em uma grande metrópole (Rio de Janeiro) e devido à sua alta visibilidade e volume de visitantes, o Parque Nacional da Tijuca ocupa uma posição única no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A unidade funciona como uma vitrine para o Sistema e tem a oportunidade e a responsabilidade de apresentar as áreas protegidas brasileiras para um público gigantesco.

Influenciado pela lei federal nº10.098/2000 e por diretrizes institucionais do ICMBio, o plano de manejo publicado em 2008 trouxe a acessibilidade como premissa. Foi no processo de elaboração do plano que surgiu a proposta de se adequar uma trilha para que pessoas com deficiência pudessem vivenciar a floresta tropical. A escolha recaiu sobre uma antiga trilha conhecida como ‘Caminho Dom Pedro Augusto’, que ligava duas construções históricas no setor Floresta da Tijuca, o “Barracão” e o restaurante “Os Esquilos”. Praticamente plana,

com árvores centenárias, uma pequena cascata e uma ponte histórica desenhada no século XIX pelo paisagista Auguste Glazou, a trilha reunia as condições ideais de acesso e relevo e permitia um contato direto com a floresta, suas formas, texturas e sons.

Um princípio importante na planificação de qualquer atividade de visitação é entender as motivações, os interesses e as necessidades dos usuários. Para isso, em parceria com o Instituto Terra Brasil, a equipe do parque entrou em contato com o Instituto Brasileiro de Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) e o Instituto Benjamin Constant (IBC). As instituições aderiram ao projeto, participaram de reuniões de planejamento, sugeriram materiais e promoveram visitas técnicas ao local. O envolvimento de instituições e pessoas com experiência e vivência no tema foi essencial para o sucesso da iniciativa. Entre as ações necessárias, foram destacadas:

Cabo guia para deficientes visuais: além de delimitar o espaço da trilha e orientar o deslocamento, era fundamental que o cabo passasse bem próximo de elementos naturais, proporcionando táteis e olfativas com troncos e folhas, por exemplo.

Placas de identificação: a altura das placas foi pensada para permitir a leitura por cadeirantes e os textos são apresentados também em braille para atender a deficientes visuais.

Drenagem e regularização do piso: ao contrário da expectativa inicial de pavimentação, os usuários sugeriram que o solo fosse mantido no estado mais natural possível. Assim, foram utilizados saibro e pedras para compactar e regularizar o piso, e drenos discretos foram instalados para evitar poças que dificultassem a locomoção.

A trilha foi inaugurada durante as comemorações dos 50 anos de criação do parque, em 2011, e foi emocionante para a equipe da unidade acompanhar a primeira visita de crianças com deficiência visual à trilha adaptada. Presenciar as reações de alegria delas ao acariciar as árvores e ouvir sons de pássaros, insetos e da água correndo foi uma experiência marcante e estimulou ainda mais a adoção de medidas que favoreçam a acessibilidade. As reformas de espaços e novos serviços implantados têm a acessibilidade como uma premissa e hoje o parque conta com estacionamento preferen-

cial, rampas e elevadores em diversos pontos e vans adaptadas para acesso ao Corcovado, entre outras ações.

Desde então, o IBC já organizou diversas visitas com estudantes e professores e cadeirantes usufruem do parque com mais liberdade. Além de viabilizar o acesso de deficientes, as ações sinalizam para toda a sociedade a importância de se democratizar o acesso aos parques e outros espaços públicos, cumprindo sua função de promover o contato com a natureza e mostrar a relevância das unidades de conservação.

Por: Maria de Lourdes Figueira⁵ e Ernesto Viveiros de Castro⁶



Referências internacionais

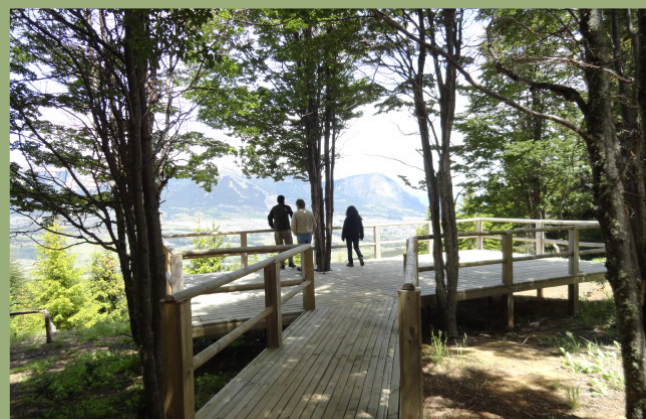
Chile

Conhecidas como áreas silvestres protegidas (ASP), as áreas protegidas no Chile, abarcam 186 mil km², distribuídos em 41 parques nacionais, 46 reservas nacionais e 17 monumentos naturais. Essas áreas formam o Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas, gerido pela *Corporación Nacional Forestal (Conaf)*.

O tema da acessibilidade nas ASP se tornou uma política institucional na gestão da Conaf a partir de 1996. O Plano de Áreas Silvestres Acessíveis, de 2002, procurou eliminar as barreiras de acesso às pessoas com deficiência física e sensorial, buscando alinhar-se à política governamental de inclusão social (Alvarez, 2012). Dessa forma, concentrou ações de adaptação da infraestrutura das áreas protegidas, treinamento de pessoal, especialmente dos guarda-parque, supressão de barreiras arquitetônicas, promoção do uso público junto às organizações repre-

sentativas das pessoas com deficiência e elaboração de diretrizes técnicas, com produção de manuais de acessibilidade e de capacitação.

A implementação desse plano de ação gerou importantes avanços e fez crescer rapidamente a demanda pelo lazer inclusivo nas ASP. Após sua vigência e com base em um diagnóstico detalhado (Simonetti, 2016), foi elaborado um novo plano de acessibilidade com a finalidade de analisar, avaliar e priorizar as obras e os investimentos a serem realizados nos anos seguintes. Assim, as ASP foram divididas em grupos de alta, média e baixa prioridade, e os esforços iniciais ficaram centrados em dez unidades prioritárias. Dentre as ações programáticas do plano constaram a sensibilização de servidores, capacitação, preparação de documentos técnicos, envolvimento da comunidade, busca de parceiros e divulgação.



Acervo CONAF

A sensibilização e a capacitação dos recursos humanos são entendidas como as primeiras e principais etapas para o sucesso das iniciativas: “O lazer e o turismo na vida moderna estão diretamente relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida, porém as pessoas com mobilidade reduzida e seus acompanhantes ou familiares encontram enormes dificuldades quando decidem realizar atividades de lazer em áreas silvestres, como acampar ou ir à praia. Melhorar essas dificuldades é um processo lento, mas não por isso impossível, e o primeiro passo para isso é a tomada de consciência por parte das pessoas que trabalham no setor” (Simonetti, 2016, tradução livre).

Atualmente, existem 41 ASP acessíveis (39% do total) no país, as quais oferecem acesso a uma gama diversificada de paisagens e atividades a milhares de chilenos ou turistas (Alvarez, 2019).

O número de unidades, instalações e serviços inclusivos no Chile vem aumentando gradativamente e, como consequência, nas duas últimas décadas também tem crescido o contingente de visitantes com deficiência em busca de lazer e contato com a natureza. Entre 2006 e 2015, houve um incremento de 74% de visitantes com deficiência nessas áreas. E o potencial de crescimento desse público ainda é muito grande, se levarmos em conta que, em 2015, as PcD (20% da população chilena) respondiam por apenas 0,21% dos 2,5 milhões de visitantes das ASP.

A Conaf disponibiliza em seu website informações sobre a acessibilidade nas ASP, documentos normativos, registros do número de visitantes com e sem deficiência e uma lista anual contendo as unidades consideradas acessíveis e respectivas infraestruturas e serviços incluídos.



Estados Unidos

O sistema de parques norte-americanos compreende 419 unidades de diferentes designações (cerca de 345 mil km² do território total do país) e é gerido pelo National Park Service (NPS), órgão ligado ao Departamento do Interior, cuja missão é a conservação do patrimônio natural e cultural do país para o benefício desta e das futuras gerações. Apesar das várias categorias, cada uma com suas peculiaridades e objetivos, essas unidades são chamadas genericamente de parques e estão no imaginário coletivo como algo de vital importância para

a preservação da história e das riquezas dos Estados Unidos.

O NPS é pioneiro na oferta de infraestrutura e serviços inclusivos em áreas protegidas. Ainda em 1978 publicou um documento intitulado “Acesso aos Parques Nacionais”, um guia para visitantes com deficiência que reunia informações sobre localização, acessibilidade e barreiras existentes nos parques nacionais americanos (Figura 1).

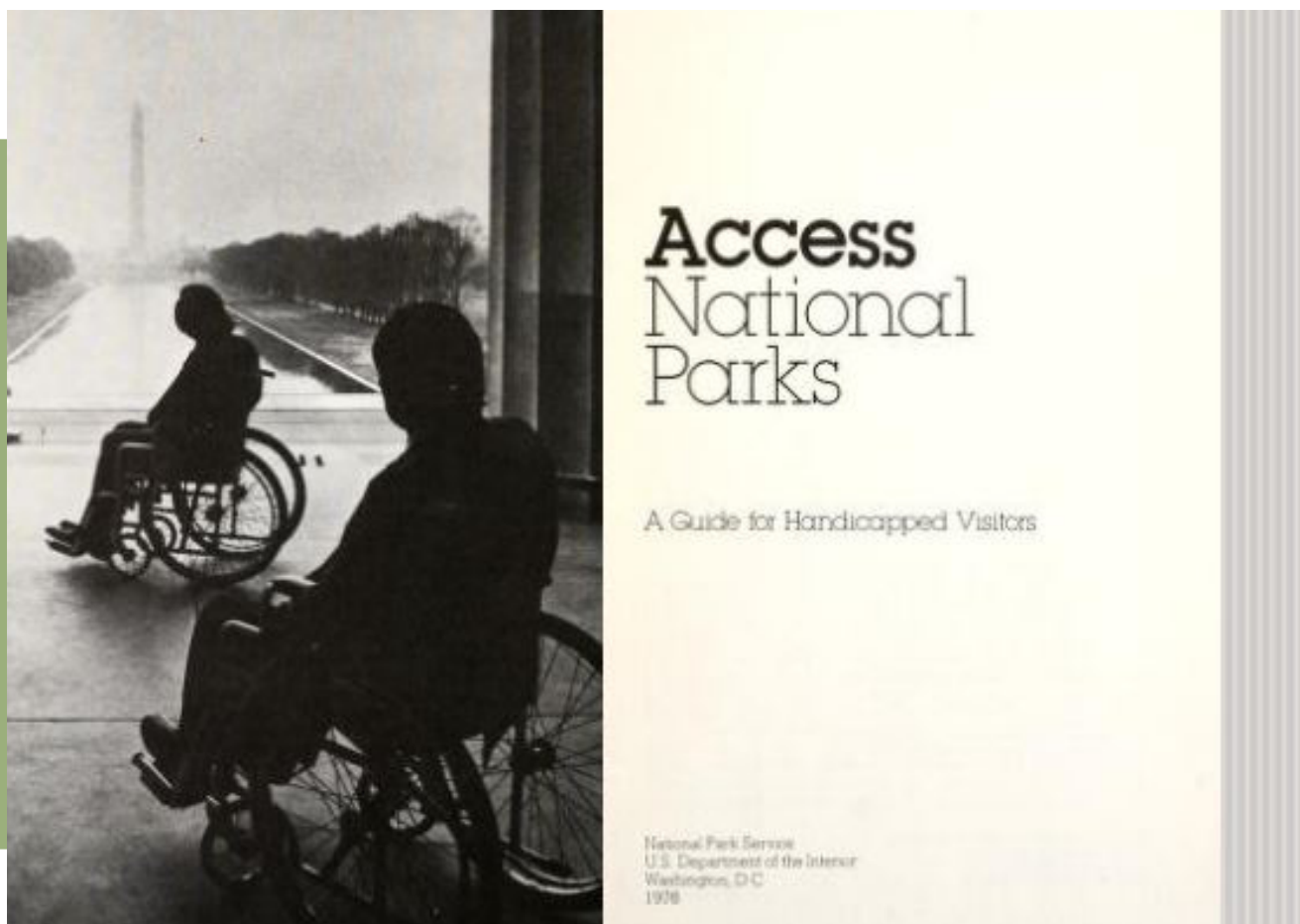


Figura 1. Guia de acessibilidade dos parques americanos para visitantes com deficiência publicado em 1978 (NPS, 1978).

O valor que o povo americano dá à história e ao simbolismo de seus parques nacionais se traduz em um trecho do guia:

“Os parques nacionais dos Estados Unidos são um maravilhoso tesouro de história e natureza. Como todos nós compartilhamos a propriedade e o futuro deste direito inato nacional, todos nós devemos ter a oportunidade de desfrutar e extrair força e identidade da imensidão da montanha, dos rios e praias selvagens, das cidadelas, campos de batalha, lugares onde nossa história foi construída, as casas de americanos históricos e pré-históricos e as áreas naturais de deserto, pântano, floresta e ilha (NPS, 1978, tradução livre).”

Em 1979, o NPS anunciou formalmente a decisão de enfrentar o desafio da acessibilidade de uma forma estruturada e em nível nacional, em vez de unidade por unidade. Desde então, junto a coordenadores de acessibilidade e escritórios regionais, o órgão vem trabalhando para: “(1) avaliar o nível de acessibilidade de vários parques; (2) identificar as barreiras à acessibilidade; (3) desenvolver políticas e diretrizes sobre métodos e técnicas apropriados para melhorar o acesso; e (4) fornecer assistência técnica e treinamento sobre abordagens eficazes e implementação de programas”. Assim, a acessibilidade nos parques vem sendo continuamente aprimorada e sempre ganha formas inovadoras de inclusão e participação (NPS, 2015).

Recentemente, com o objetivo de estabelecer uma abordagem organizacional mais efetiva para endereçar e aprimorar essa questão nos

parques nacionais, foi criada uma força-tarefa multidisciplinar. Dela derivou o plano estratégico com metas de cinco anos (2015-2020) do programa “All in!”, como é conhecida a linha de atuação do NPS para eliminação de barreiras de acesso aos parques (Figura 2). Ainda que todas as mudanças necessárias para promover o acesso não fossem integralmente atingidas até 2020, entendia-se que as ações deveriam desencadear a transformação cultural pretendida no âmbito do sistema nacional de parques, o que resultaria em mudanças duradouras (NPS, 2014b).

O documento aponta uma série de lacunas e fragilidades na implementação da acessibilidade em alguns parques e propõe três objetivos e suas respectivas visões para abordar a temática. Estes, juntamente com as estratégias associadas, formam a base do plano quinquenal.

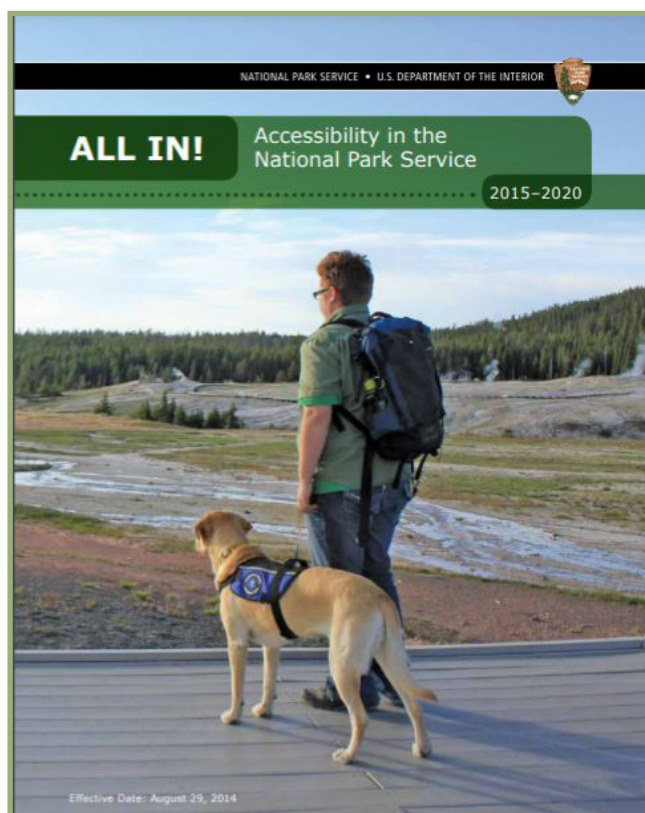


Figura 2. Capa da publicação referente ao plano estratégico 2015-2020 do programa All in!

Números

Em 2012, as visitas a parques nos Estados Unidos atraíram 282 milhões de pessoas (NPS, 2014) e o Serviço Nacional de Parques calculou, de forma conservadora, que 10% corresponderiam a pessoas com deficiência, percentual bastante abaixo do valor de 20% reconhecido para o país. Há uma estimativa de que o consumo por parte dos visitantes com deficiência seja da ordem de 129 dólares por dia, de modo que a falta de acessibilidade resultaria na perda de 3,6 bilhões de dólares em receita anual advinda do turismo nos parques americanos (mesmo descontando a isenção de pagamento de ingresso concedida às pessoas com deficiência e a um acompanhante).

Esse cálculo não inclui o número potencial de visitantes com deficiência, familiares e amigos que deixam de visitar os parques pela falta de acesso ou que gastam menos devido à ausência de instalações e serviços inclusivos. O órgão acredita que as pessoas, em sua maioria, visitam parques acompanhadas de pequenos gru-

pos de familiares e amigos e que, por isso, uma experiência positiva ou negativa do visitante com deficiência gera um efeito cascata atingindo muito mais pessoas. Além da eventual perda de receita, o parque, quando não segue as normas de acessibilidade, está infringindo a lei e se expondo a um risco crítico que pode impactar financeiramente a instituição.



Figura 3. Amostras de rocha para exploração tátil no Grand Canyon National Park (Arizona) Acervo NPS



Figura 4. Passeio acessível disponível em caverna do Mammoth Cave National Park (Kentucky) | Acervo NPS



Prêmio

Uma iniciativa interessante do NPS para promover o desenho universal nos parques é uma premiação anual concedida às unidades que, em um período de três anos, se destacarem na inclusão do público com deficiência nos serviços e atividades oferecidos: o National Accessibility Achievement Awards. O prêmio é entregue por autoridades em uma cerimônia especial e conta com cinco categorias: acessibilidade sustentada, acessibilidade programática, liderança na acessibilidade, projeto de design (arquitetônico) e *website* acessível.

Canal de reclamações

Outra ação importante é o canal voltado aos visitantes ou seus representantes que não estiverem satisfeitos com as condições de acessibilidade dos parques, ou que se sentiram discriminados por dificuldades na utilização de estruturas, programas e serviços. A reclamação segue um rigoroso protocolo de encaminhamento e acompanhamento da solução do caso, obedecendo a um fluxograma com etapas e prazos a serem cumpridos, sempre com a notificação ao reclamante.

A seguir, um trecho da diretiva que estabelece o protocolo de reclamação sobre acessibilidade:



“O acesso deve ser fornecido a todos os programas existentes, estruturais e não estruturais, a menos que possa ser determinado que seria uma ameaça direta, alteraria a natureza fundamental do programa ou seria uma obrigação indevida (dificuldade ou despesa significativa com base nos recursos da entidade). Se uma dessas exceções for demonstrada, a Agência deve fornecer um método alternativo e eficaz de acesso (NPS 2015, tradução livre).”

Potencial do Turismo Acessível nas UCs

O turismo acessível tem se tornado cada vez mais expressivo no mundo. O contingente que busca destinos turísticos e atrações com acessibilidade já chega a cerca de 12% da população de países como Austrália e Reino Unido, por exemplo (UNWTO, 2013). A estimativa era a de que, até 2020, 25% do mercado de turismo mundial incluiria pessoas com deficiência (Parks Victoria, 2015). São milhões de cidadãos que poderiam vir a usufruir das áreas protegidas e fomentar a rede de serviços associada.

No Brasil, mais de um milhão de visitas anuais por pessoas com deficiência poderiam se somar aos cerca de 15 milhões registrados nas unidades de conservação federais (ICMBio, 2020), partindo de uma estimativa conservadora e considerando

o percentual de 10% da população mundial com deficiência.

Souza & Simões (2018) estimaram que o valor individual gasto por visita a unidades de conservação no Brasil pode variar de R\$ 82,81 a R\$ 250,99, a depender se a pessoa é local ou não local, e da classe de uso recreativo da área protegida. Calculando um desembolso médio para cada usuário por visita a UCs federais, o gasto total por ano, em valores corrigidos, por parte de PcD – o que inclui transporte, hospedagem, refeições e atividades – seria da ordem de R\$ 257 milhões. Isso permite inferir que, caso o cenário positivo de inclusão fosse realidade, os efeitos econômicos para as UCs e áreas do entorno seriam bastante benéficos.



As concessões de serviços de uso público das UCs **constituem uma oportunidade para promover a eliminação de barreiras de acesso nessas áreas**, especialmente com o advento da lei nº 13.668/18 e da Instrução Normativa ICMBio nº 2/17, que regulamentam o serviço de concessão. Nesse modelo, a concessionária deve investir, como contrapartida, em **melhorias na infraestrutura e na ampliação da oferta de serviços nas UCs**. E esse contexto é propício para contemplar a questão da acessibilidade como condição indispensável, **salientando ademais seus benefícios para a saúde e para a conservação dos parques**.

8. Recomendações para eliminação de barreiras de acesso



Em princípio, pode parecer impraticável transpor um cenário intrincado de gestão – onde temos falta de recursos e uma complexidade relacionada às especificações técnicas, necessidades particulares, questões de segurança e à dificuldade de viabilizar empreendimentos acessíveis em áreas selvagens – e lograr a transformação das UCs brasileiras em ambientes amplamente inclusivos. Entretanto, há iniciativas criativas, inspiradoras e bem-sucedidas no Brasil e em outros países que mostram, sim, ser possível e recompensador enfrentar o desafio e apontam um horizonte bastante promissor.

Para que mudanças significativas sejam alcançadas, é fundamental que haja uma mobilização dos órgãos gestores, com envolvimento das organizações sociais e dos agentes políticos, de modo a se criar uma agenda positiva em torno do tema. Isso deve ocorrer de forma estruturada, abrangente e transversal às demais agendas inerentes à gestão das unidades de conservação, tais como uso público, educação ambiental, interpretação ambiental, planejamento, pesquisa, comunicação, dentre outras. A seguir, propomos alguns caminhos para que esse desafio possa ser enfrentado de forma efetiva e venha a gerar bons frutos para toda a sociedade.

Recomendações Institucionais



1

Estabelecer grupo de trabalho ou comissão de acessibilidade, reunindo servidores do órgão gestor na esfera de referência (ICMBio, órgãos gestores estaduais e municipais e, também, o Ministério do Meio Ambiente), especialistas no tema, representantes de organizações atuantes na temática e demais atores e instituições afins. Juntamente com esses agentes, discutir, propor e acompanhar medidas de aprimoramento da acessibilidade no conjunto de unidades de conservação.

2

Desenvolver plano de ação para promoção da acessibilidade e mudança de cultura no âmbito das instituições gestoras das UCs. É importante definir metas de curto, médio e longo prazo, tendo como inspiração experiências bem-sucedidas na área e outras agendas que trouxeram grandes desafios às instituições, mas que foram internalizadas com método e consistência.

4

Conceber orientações institucionais de acessibilidade mais detalhadas e exemplificadas para as UCs, de forma participativa, com vistas a torná-las mais inclusivas mediante a eliminação dos diferentes tipos de barreiras de acessibilidade.

3

Desenvolver ações de sensibilização direcionadas a servidores e colaboradores dos órgãos gestores, agentes políticos e comunidade que visem a uma mudança cultural em relação à acessibilidade nas UCs, envolvendo campanhas de comunicação, capacitação, realização de eventos. Sugestões: promover a semana da acessibilidade; organizar seminários e palestras com especialistas da área; utilizar as redes sociais, entre outras.

5

Identificar um conjunto menor de unidades de conservação com maior vocação para as diversas abordagens de acessibilidade e para diferentes necessidades das pessoas com deficiência. O ideal é que haja condições imediatas para sua implementação, como forma de induzir e estimular o desenvolvimento de novas propostas pelo exemplo demonstrativo.



6

Ampliar e qualificar a inclusão do tema da acessibilidade nos documentos normativos e programáticos do órgão gestor, assim como nos contratos de prestação de serviços, indo além das questões arquitetônicas ou de comunicação.

7

Inserir obrigações ou recomendações específicas para as atividades em UCs passíveis de concessão, considerando que elas possivelmente apresentem maior viabilidade para investimentos em infraestrutura e programas associados ao uso público.

8

Melhorar a divulgação das iniciativas já existentes e futuras nos canais oficiais dos órgãos gestores e das respectivas UCs.

9

Estabelecer parcerias com organizações estrangeiras com expertise reconhecida no assunto, como o NPS (*Park Rx*) e a Fundação Parks Victoria (*Healthy Parks, Healthy People*), para troca de experiências, treinamentos e seminários.



10

Oferecer treinamentos voltados para o atendimento e a inclusão de pessoas com deficiência, como Libras e outras competências e habilidades, dirigidos a servidores e profissionais que trabalham com uso público e gestão socioambiental em unidades de conservação.

11

Criar uma plataforma online (hotsite, por exemplo) sobre acessibilidade em UCs, contendo a lista de unidades com medidas inclusivas consistentes, informações úteis sobre viagem, acesso e mapa interativo com as unidades que apresentam iniciativas de acessibilidade implementadas.

12

Dentro das possibilidades legais, promover a inclusão de empregados e colaboradores com deficiência nas unidades de conservação e órgãos gestores, pois um ambiente de trabalho que contempla a diversidade e a inclusão torna-se mais humano e receptivo. Além disso, a presença de colaboradores com deficiência, naturalmente, educa e sensibiliza a todos, e traz aos visitantes com deficiência o sentimento de pertencimento.

2) Recomendações Práticas para Gestores de UC

1 Considerar as diversas facetas da acessibilidade – a arquitetônica, em geral mais enfatizada, e também a atitudinal, metodológica, instrumental, programática, comunicacional, pensando na experiência completa das pessoas com deficiência.

3 Utilizar o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (Rovuc) (Crema e Faria, 2020) para planejar e diversificar as experiências de uso público, aproveitando as vocações de cada unidade de conservação. Isso pode auxiliar no processo de planejamento e gestão da visitação considerando a premissa da acessibilidade.



2 Planejar a acessibilidade do parque em conjunto com aqueles que usufruirão da iniciativa. É desejável o fomento do envolvimento de pessoas com deficiência e de instituições afins para o acompanhamento das várias ações nos parques, como nos conselhos gestores, por exemplo.

4 Explorar o centro de visitantes como espaço para disponibilização da informação, lembrando que não é necessário dispor de uma área imensa; o que importa é oferecer alternativas de acessibilidade comunicacional e atitudinal, não apenas arquitetônica. Podem ser ferramentas e soluções variadas e criativas para que as mensagens sejam transmitidas de forma efetiva e interessante. As possibilidades passam por exposições com dioramas artesanais ou tecnologias 3D, efeitos sonoros e vídeos com áudio-descrição, mapas táteis e sinalização em braille ou alto relevo, painéis interativos, entre tantas outras.

5 Produzir informações acessíveis e atentar para o fato de que o direito ao acesso inclui o bem imaterial, ou seja, a informação e a experiência relacionadas ao local a ser visitado. Como os espaços naturais podem apresentar muitas barreiras, o acesso à informação é essencial, desde o planejamento da visita à possibilidade de desfrutar do acesso remoto às áreas mais rústicas, com possibilidades inclusive de reproduzir experiências e sensações do ambiente natural, via realidade virtual.

6

O acesso à informação deve anteceder a visita, de forma que ao planejá-la o público encontre esclarecimentos sobre as atividades acessíveis do parque e os equipamentos de apoio disponíveis. Além disso, convém indicar restaurantes e hospedagens que tenham acessibilidade. É interessante que essas informações sejam enviadas à administração central para divulgação conjunta das oportunidades.



7

Intensificar a atenção no atendimento e na comunicação com os visitantes, promovendo capacitação e ações de sensibilização e estímulo aos trabalhadores e prestadores diversos de serviços no parque, de modo a bem receber as pessoas independentemente do tipo de deficiência que elas apresentem. A acessibilidade atitudinal deve ser enfatizada e fortalecida, pois envolve a postura de cada pessoa, compreende a percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações e leva à prontidão para propor e implementar soluções e alternativas criativas aos desafios percebidos. É importante também a capacitação dos funcionários que fazem a manutenção dos espaços que recebem pessoas com deficiência, para assegurar um cuidado especial.

8

Entre as infraestruturas que podem otimizar a vivência dos visitantes, vale mencionar trilhas acessíveis e sensoriais, rampas, mirantes acessíveis, passarelas, ou mesmo percursos com leito natural sem revestimento ou pavimentação, por exemplo, desde que com sinalização clara e sistemática. Aqui, vale lembrar que as pessoas com deficiência nem sempre têm a capacidade física plena, sendo necessário, assim, que nos percursos mais longos sejam criadas instâncias de descanso e apreciação. É interessante que a UC disponha de cadeiras adaptadas, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, trilhas planas e acessíveis, rampas, banheiros com barras etc.

9

Realizar vistorias frequentes das estruturas para detectar desgastes, capacitar funcionários visando minimizar acidentes, providenciar suporte em tempo hábil e ter equipes aptas a realizar primeiros socorros.



10

Promover a instalação e o uso de equipamentos que ajudam imensamente a experiência dos visitantes em ambientes naturais, como cadeiras de rodas adaptadas, a exemplo da “Julietti” e da cadeira anfíbia. A operação dessas cadeiras e outros equipamentos pode demandar o suporte de algum colaborador adicional, portanto a indicação de profissionais ou voluntários locais para apoiar seu uso deve ser prevista pela unidade.

11

Lembrar que existe ainda muito espaço para a criatividade e a inovação!



Referências



Notas Explicativas

¹ Recentemente, refletindo as mudanças sobre a concepção da deficiência e para se adequar às melhores práticas internacionais, o IBGE adotou a recomendação do Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência, que considera pessoas com deficiência aquelas que apresentam muita dificuldade ou não conseguem de modo algum exercer pelo menos uma das funções de enxergar, ouvir e caminhar, ou subir degraus, mesmo contando com facilitadores como aparelhos auditivos, lentes de contato e bengalas. Ao se fazer esse corte, o número de pessoas com deficiência foi calculado em 12,7 milhões de pessoas, ou 6,7% do total da população registrado no censo demográfico de 2010. Antes desse aprimoramento, considerava-se pessoas com deficiência também quem apresentava alguma dificuldade (e não somente muita dificuldade ou impossibilidade) para exercer pelo menos uma dessas tarefas. No caso das deficiências intelectual e mental, o censo pesquisa se o indivíduo apresenta ou não a deficiência e, por isso, não sofre influência da nova leitura metodológica. [<<]

² Estabelecido pela Lei Federal nº 9.985 de 2000. [<<]

³ Ver Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) instituído pelo Decreto Federal nº 5.758 de 2006. [<<]

⁴ Para saber mais, acesse: <https://institutopristino.org.br/3d-pristino-entenda-o-projeto-3d-pristino/>. [<<]

⁵ Analista ambiental do ICMBio aposentada, foi chefe do Parque Nacional da Tijuca entre 2011 e 2012. [<<]

⁶ Analista Ambiental do ICMBio, foi chefe do Parque Nacional da Tijuca entre 2012 e 2018. [<<]

Referências Bibliográficas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas (2015). ABNT NBR 9050:2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Abreu, CRD (2016). Deficiência física e lazer: um estudo sobre o projeto Praia Para Todos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 149p.

Alvarez, AL (2012). Plan de áreas silvestres protegidas accesibles. Conaf. Ministerio Agricultura. Gobierno de Chile. Disponível em: <https://www.fundaciontrekkingchile.cl/wp-content/uploads/2014/09/Plan-%C3%81reas-Silvestres-Protegidas-Accesibles-2-1.doc>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Brasil (2019). Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/arquivos/cinthia-ministerio-da-saude>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Corde – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (2008). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília. 164p. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf> Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Crema, A. & Faria, P. 2020. Rovuc ROL de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação. ICMBio: Brasília. 38p. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/rovuc_rol_de_oportunidades_de_visitacao_em_unidades_de_conservacao.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Depledge, MH; Stone, RJ & Bird, WJ (2011). Can natural and virtual environments be used to promote improved human health and wellbeing? Disponível em: <https://pubs.acs.org/doi/abs/10.1021/es103907m>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

FGV Social (2020). Onde estão os idosos? Conhecimento sobre o Covid-19. Sumário Executivo. Coord. Marcelo Neri. Centro de Políticas Sociais. 05p. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Sumario-Executivo-Covidage-FGV-Social-Marcelo-Neri.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Fuller, RA; Irvine, KN; Devine-Wright, P; Warren, PH & Gaston, KJ (2007). Psychological benefits of greenspace increase with biodiversity. *Biology letters*, 3(4), pp. 390-394. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/full/10.1098/rsbl.2007.0149>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. Nota Técnica 01/2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2020). Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes. ICMBio: Brasília. 12p. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2021.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2020). Monitoramento da visitação em unidades de conservação federais: resultados de 2019 e breve panorama histórico. Breves, G.S.S.; Barbosa, E.F.P.; Garda, A.B. e Souza, TVSB (orgs.). Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/monitoramento_visitacao_em_ucs_federais_resultados_2019_breve_panorama_historico.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2021.

Instituto Prístino (2019). Entenda o projeto 3D. Prístino. Disponível em: <https://institutopristino.org.br/3d-pristino-entenda-o-projeto-3d-pristino>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2019). Parque Nacional Serra da Capivara (PI). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/42>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Li Q (2008). Introduction to the Japanese Society of Forest Medicine. Disponível em: <http://forest-medicine.com/epage01.html>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Liszio, S & Masuch, M (2018). The relaxing effect of virtual nature: immersive technology provides relief in acute stress situations. In: 23rd Annual CyberPsychology, CyberTherapy & Social Networking Conference. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Stefan-Liszio/publication/325929767_The_Relaxing_Effect_of_Virtual_Nature_-_Immersive_Technology_Provides_Relief_in_Acute_Stress_Situations/links/5b74002045851546c907655e/The-Relaxing-Effect-of-Virtual-Nature-Immersive-Technology-Provides-Relief-in-Acute-Stress-Situations.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

MMA – Ministério do Meio Ambiente (2006). Diretrizes para visitação em unidades de conservação. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 61p.

NPS – National Park Service (1978). Access National Parks: a guide for handicapped visitors. U.S. Government Printing Office, Washington DC. 222p. Disponível em: <https://archive.org/details/accessnationalpa00usde/mode/2up>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

NPS – National Park Service. 2014a. All In: Accessibility in the National Park Service 2015 –2020. Washington DC. 14p. Disponível em: https://www.nps.gov/aboutus/upload/All_In_Accessibility_in_the_NPS_2015-2020_FINAL.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

NPS – National Park Service. 2014b. Access National Parks: A guide for Healthy Parks Healthy People. Community Engagement eGuide. Edition 1. 41p. Disponível em: https://www.nps.gov/subjects/healthandsafety/upload/HealthyParksHealthyPeople_eGuide.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

NPS – National Park Service (2015). About us. EEO Technical Guidance. Disponível em: Access National Parks: A Guide for Healthy Parks Healthy People. Community Engagement eGuide. Edition 1. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

OMS – Organização Mundial da Saúde (2011). Relatório Mundial sobre a Deficiência. Governo do Estado de São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 334p. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Park, BJ; Tsunetsugu, Y; Kasetani, T; Kagawa, T & Miyazaki, Y (2010). The physiological effects of Shinrin-yoku (taking in the forest atmosphere or forest bathing): evidence from field experiments in 24 forests across Japan. Environmental health and preventive medicine, v. 15, n. 1, pp. 18. Disponível em: <https://environhealthprevmed.biomedcentral.com/articles/10.1007/s12199-009-0086-9>. Acesso em: 30 de outubro de 2021

Park Rx (2018). What are park prescriptions? Institute at the Golden Gate, a program of the Golden Gate National Parks Conservancy in partnership with the National Park Service. Disponível em: <https://www.parkrx.org/about>. Acesso em: 30 de outubro de 2021

Parks Victoria (2019). Healthy Parks Healthy People. Disponível em: <https://www.parks.vic.gov.au/healthy-parks-healthy-people>. Acesso em: 30 de outubro de 2021

Sassaki, RK (2003). Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida. Ed. Áurea, São Paulo.

Sassaki, RK (2010). Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. WVA, Rio de Janeiro. 180p.

Simonetti, AB (2016). Plan de accesibilidad para personas discapacitadas en áreas silvestres protegidas del estado. Corporación Nacional Forestal. Ministerio de Agricultura. Gobierno de Chile. Disponível em: <http://www.subturismo.gob.cl/wp-content/uploads/2016/09/Plan-de-accesibilidad-SNASPE.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Souza TVSB (2016) Recreation Classification, Tourism Demand and Economic Impact Analyses of the Federal Protected Areas of Brazil. Doctoral dissertation, University of Florida, Gainesville. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/UFE0050552/00001>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Souza, TVSB & Simões, HB (2018). Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira - efeitos dos gastos dos visitantes em 2017: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/contribuicoes_economicas_turismo_2018.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Souza, TVSB; Thapa, B; Castro, EV. 2017. Índice de atratividade turística das unidades de conservação brasileira. PAPP, Brasília. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/editais-diversos/editais-diversos-2019/indice_de_atratividade_turistica_das_ucs_brasileiras.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Souza, RGR. 2019. O paraíso é para todos? Acessibilidade em unidades de conservação para pessoas com deficiência. Dissertação. (Mestrado Profissional Biodiversidade em Unidades de Conservação). Escola Nacional de Botânica Tropical, Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 108p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Souza-25/publication/335455190_O_paraíso_e_para_todos_Acessibilidade_em_Unidades_de_Conservacao_para_pessoas_com_deficiencia/links/5d66c4fc458515b5b4208b85/O-paraíso-e-para-todos-Acessibilidade-em-Unidades-de-Conservacao-para-pessoas-com-deficiencia.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Tilden, F. 1977. Interpreting our heritage. 3rd Ed. The University of North Carolina Press, Chapel Hill. 115p.

Ulrich, RS (1984). View through a window may influence recovery from surgery. Science, 224(4647), pp. 420-421. 88 Ulrich RS. View through a window may influence recovery from surgery. Science. 1984 Apr 27;224(4647):420-1. doi: 10.1126/science.6143402. PMID: 6143402.

UNWTO – World Tourism Organization (2013). Recommendations on accessible Tourism. Madrid: Cedro, Centro Español de Derechos Reprográficos. 17p. Disponível em: https://www.accessible-tourism.org/resources/accessibilityen_2013_unwto.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

WHO – World Health Organization (2015). Connecting global priorities: biodiversity and human health. [World Health Organization and Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Disponível em: https://www.cbd.int/health/SOK-biodiversity-en.pdf](https://www.cbd.int/health/SOK-biodiversity-en.pdf). Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Wright, PA & Matthews, C (2015). Building a culture of conservation: research findings and research priorities on connecting people to nature in parks. Parks, Vol 21.2. DOI: 10.2305/IUCN.CH.2014.PARKS-21-2PAW.en. Disponível em: https://parksjournal.com/wp-content/uploads/2015/10/Wright-and-Matthews-PARKS-21.2-10.2305IUCN.CH_2014.PARKS-21-2PAW.en.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2021.



Realização:



SEMEIA

Parceria Institucional:



Apoio:

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Por meio da:

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

